

Opinião

➔ **A igualdade pelas cotas - 20/04/2004**

Artigo - Debora Diniz - Marcelo Medeiros

Jornal de Brasília

A Universidade de Brasília acaba de encerrar as inscrições para o primeiro vestibular com cotas direcionadas para pretos e pardos. Isso significa que, das vagas disponíveis na UnB, 20% foram reservadas para candidatos aprovados que se declararam pretos ou pardos no ato da inscrição. A autodeclaração racial é o sistema usado por órgãos governamentais, como o IBGE, que delega ao entrevistado a autoridade avaliativa sobre sua cor em pesquisas de levantamento nacional, como é o caso do Censo. Os dados demográficos relativos à caracterização racial da população brasileira baseiam-se nesse sistema de coleta de informações.

Mas a autodeclaração não foi considerada suficiente para garantir a inscrição do candidato no sistema de cotas. Diferentemente do Censo, onde esse é o critério para a coleta de dados que subsidiam as políticas sociais no País, a UnB se viu impelida a incorporar o critério da fotografia no ato da inscrição. Ou seja, o candidato, ao realizar sua inscrição e solicitar sua candidatura no sistema de cotas, deve ser fotografado. Sua fotografia será avaliada por um grupo de peritos que decidirão pela legitimidade de sua inclusão no sistema de cotas ou por sua transferência para o sistema universal. Após a decisão dos peritos, o candidato terá dois dias para recorrer, caso o resultado não lhe seja favorável.

A exigência da fotografia não deve ser entendida como um mecanismo de resgate de critérios de determinação racial do século 19. A UnB não pretende recuperar valores, diga-se de passagem, já ultrapassados, de identificação racial. Assim como no Censo, a definição da cor será feita por autodeclaração, e acreditamos que esse será o critério decisório a ser considerado pela equipe de peritos. A fotografia deve ser entendida como mecanismo para coibir fraudes num concurso que envolve milhares de candidatos. A fotografia permitirá que candidatos, indiscutivelmente não-pretos ou não-pardos, sejam transferidos para o sistema universal.

É como resposta à controvérsia em torno do projeto que a exigência da fotografia deve ser entendida. A fotografia será a contraprova contra aqueles que tentarem fraudar a proposta das cotas. Em nenhuma das fases de discussão política do projeto dentro da UnB falou-se em provas genéticas, ou mesmo fenotípicas, para a determinação da cor dos candidatos que concorreriam ao sistema de cotas. Esse, certamente, foi um ajuste na fase de implementação do sistema como forma de torná-lo menos controverso.

O curioso é analisar os fundamentos dessa controvérsia, especialmente se lembrarmos que a UnB já possui um sistema de cotas em vigor. O PAS deve ser entendido como um sistema de cotas para adolescentes, pois esse é o grupo etário diretamente favorecido com 50% das vagas no primeiro vestibular anual da UnB. Candidatos que não estejam cursando regularmente o Segundo Grau não podem concorrer pelo PAS, o que corresponde à grande maioria da população brasileira com mais de 17 anos. Mas por que o PAS não acirrou o debate sobre justiça tal como a proposta de cotas racial? Talvez porque as cotas, ao contrário do PAS,

fazem parte de um projeto de justiça que visa reparar desigualdades sociais, como é o caso da desigualdade racial.

Tem sido propagada a fantasia de que com as cotas o nível de ensino e pesquisa das universidades públicas diminuirá. Ora, esse é um argumento que não faz qualquer sentido, porque, com cotas ou sem elas, todos os alunos serão submetidos à mesma avaliação durante o curso e serão devidamente reprovados caso não atinjam os padrões de qualidade das universidades. Outro argumento contrário à política da UnB é que a preocupação deveria ser a de melhorar o ensino médio para tornar os negros e pardos competitivos, em vez de abrir cotas no ensino superior. As duas coisas não são excludentes, e, portanto, devemos manter as cotas enquanto as lentas mudanças no sistema educacional são realizadas.

Não se deve esperar que as cotas sejam a solução final para os graves problemas de desigualdade racial no Brasil. A intenção nunca foi essa. O grande objetivo das cotas é abrir espaço para que os negros e os pardos ocupem posições de relevância na sociedade, porque são as pessoas nessas posições que gerenciam empresas e contratam trabalhadores, preparam campanhas publicitárias, julgam e defendem as demais, enfim, comandam uma parte expressiva da organização da sociedade.

Debora Diniz é doutora em Antropologia.

Marcelo Medeiros é doutor em Sociologia.